



O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Jaciane Oliveira da Silva Lacerda¹, Fernanda Santos Portela², Matheus Santos Marques³

Resumo: A contracepção de emergência também conhecida como “pílula do dia seguinte”, é um medicamento comercializado no Brasil utilizado principalmente, para evitar gravidez indesejada. É considerado eficaz para circunstâncias excepcionais, como a falha ou uso inadequado de outro método contraceptivo e em casos de abuso sexual. Entretanto, o uso prolongado e/ou irracional pode acarretar em grandes prejuízos à saúde da mulher. Metodologia: O presente estudo é descrito como uma revisão sistemática da literatura científica. Para composição da pesquisa bibliográfica foram utilizados artigos científicos mediante pesquisa eletrônica indexados em bases de dados como o Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Google Acadêmico. Resultados e discussões: Das mulheres usuárias do contraceptivo de emergência estudadas, a prevalência de idade foi acima de 18 anos, com predomínio da religião católica e frequentando o ambiente escolar ou possuíam ensino médio completo. Foi observado ainda a falta de conhecimento das usuárias sobre atuação da CE e os riscos relacionados ao seu uso indiscriminado. Conclusão: O estudo permitiu conhecer algumas características fundamentais de mulheres usuárias da pílula do dia seguinte, entretanto existe ainda, poucos estudos atuais, que trazem esta temática de forma ampla e que proporcione maiores descobertas sobre o uso indiscriminado do CE. Sugere-se o aumento de incentivos que envolvam programas de educação sexual e reprodutiva, assim como também orientação dos profissionais de saúde sobre o uso da contracepção de emergência.

Descritores: Anticoncepção Pós-Coito; Contracepção; Planejamento Familiar.

The Indiscriminate Use of Emergency Contraception: A Systematic Review of the Literature

Abstract: Emergency contraception, also known as the "morning-after pill," is a drug marketed in Brazil primarily used to prevent unwanted pregnancy. It is considered effective for exceptional circumstances such as failure or misuse of another contraceptive method and in cases of sexual abuse. However, prolonged and / or irrational use can lead to serious damage to women's health. Methodology: The present study is described as a systematic review of the scientific literature. For the composition of the bibliographic research, scientific articles were used by electronic research indexed in databases such as the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (Lilacs) and Google Scholar. Results and Discussion: Of the women using the emergency contraceptive studied, the prevalence of age was over 18 years, with predominance of the Catholic religion and attending the school environment or had a high school education. It was also observed the lack of knowledge of the users about the performance of the EC and the risks related to their indiscriminate use. Conclusion: The study allowed us to know some of the fundamental characteristics of women who use the morning after pill. However, there are few current studies that bring this topic in a broad way and provide further findings on the indiscriminate use of EC. It is suggested the increase of incentives that involve programs of sexual and reproductive education, as well as guidance of health professionals on the use of emergency contraception.

Keywords: Postpartum Contraception; Contraception; Family Planning.

¹ Acadêmica em Farmácia pela Faculdade Independente do Nordeste –FAINOR. - jaci-isa@hotmail.com

² Farmacêutica - Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR. Pós-graduada em Análises Clínicas e Toxicológicas - Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR. Vitória da Conquista-Bahia. fernandaportela@yahoo.com.br

³ Farmacêutico, Especialista em Saúde Pública, Docente do Curso de Farmácia na Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR. Vitória da Conquista-Bahia. matheusmarques@fainor.com.br

Introdução

O planejamento familiar (PF) é um conjunto de ações delineadas pelo Ministério da Saúde (MS), que asseguram o direito de um casal na concepção, ou não, de filhos. Esse planejamento foi sancionado em 12 de janeiro de 1996, sob a Lei n. 9.263 e oferta todos os subsídios para uma educação sexual segura e saúde reprodutiva de qualidade, como exemplo, a distribuição métodos contraceptivos e programas socioeducativos sobre o tema (CARRENO; et al.; JUNQUEIRA CAETANO, 2014).

A mulher é a protagonista do PF, pois em consonância com a família e os profissionais da saúde do programa, ela pode escolher o melhor método contraceptivo para ser administrado, ou iniciar as consultas e exames para a concepção (SANTOS; FERREIRA; SILVA, 2015). Os métodos contraceptivos são ferramentas capazes de prevenir a fecundação e, alguns métodos ainda possuem dupla atividade, pois também atuam como barreira para potentes infecções sexualmente transmissíveis (IST) (ALVES; BRANDÃO, 2009; CARVALHO; et al., 2017).

De acordo com Almeida; Assis (2017) o Ministério da Saúde (2011) disponibiliza oito tipos de contraceptivos reversíveis, grátis para população. Alguns exemplos destes artifícios são os preservativos, o contraceptivo oral e de emergência, o dispositivo intrauterino (DIU) e o diafragma, sendo o contraceptivo de emergência (CE) inserido no PF em 2002 (ALMEIDA; et al., 2016).

O CE, também conhecido como “pílula do dia seguinte”, é um medicamento comercializado no Brasil para evitar gravidez indesejada, e é considerado eficaz para circunstâncias excepcionais, como a falha ou uso inadequado de outro anticonceptivo e em casos abuso sexual. A substância hormonal é o levonorgestrel, um progestágeno isolado, que é administrado após a relação sexual, no prazo máximo de até 120 horas (SOUSA; SOARES; FEIJÓ. FONTELES, 2016).

A procura pelo CE tem se expandido consideravelmente nos últimos anos. Esse aumento pode ser justificado pela facilidade em encontrar o CE em farmácias e drogarias, e da dispensabilidade da receita médica para compra-lo, o que infringe as normas recomendadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que emprega a mediação deste documento para dispensação do medicamento. A falta de conhecimento de mulheres acerca da pílula do dia seguinte também é um fator que induz o consumo exagerado desse método (BRANDÃO; et al., 2016).

Esse método pode ser administrado por mulheres em qualquer fase do ciclo menstrual e vida reprodutiva. Entretanto, é suposto dois mecanismos de ação para desempenho de sua

atividade terapêutica. O primeiro mecanismo proposto retarda ou impede a ovulação, enquanto o segundo, facilita o espessamento do muco cervical, o que dificulta a locomoção do espermatozoide (OLIVEIRA; et al., 2015; BRANDÃO; et al., 2017).

Apesar de ser um método altamente eficaz, o uso prolongado e/ou irracional do levonorgestrel pode acarretar em grandes prejuízos à saúde da mulher, com ênfase para o câncer de mama e colo uterino, bem como diminuição da eficácia terapêutica, com possível gravidez indesejada e infertilidade. Além disso, esse método não oferece proteção para IST. Por isso, deve ser preconizado o uso com cautela e de preferência, por prescrição médica (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; DE ALMEIDA; et al., 2015).

Partindo do preceito que muitas mulheres utilizam o CE de forma equivocada e sem conhecimento, este estudo propôs realizar uma revisão sistemática da literatura científica, acerca do tema, o uso indiscriminado da anticoncepção de emergência, na qual, permitiu avaliar os diversos perfis de mulheres que fazem uso indiscriminado deste método e os malefícios por ele ofertados.

Metodologia

O trabalho em questão faz menção ao uso indiscriminado da anticoncepção de emergência. Trata-se, portanto, de uma revisão sistemática da literatura, na qual, este tipo de estudo requer uma publicação ampla, que utiliza dados publicados e permite ao autor aprofundar sobre problemas já conhecidos e explorar novas áreas do tema escolhido (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para composição da pesquisa bibliográfica foram utilizados artigos científicos mediante pesquisa eletrônica indexados em bases de dados como o Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Google Acadêmico. Para a coleta, estabeleceram-se para a seleção de artigos, descritores pertencentes aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), os quais foram utilizados, a saber: Anticoncepção Pós-Coito; Contraceção; Planejamento Familiar. Entretanto, algumas palavras foram acrescentadas à busca de dados, para refinar a seleção: contraceção de emergência, pílula do dia seguinte e levonorgestrel.

Os critérios de inclusão adotados para escolha dos artigos, foram: idioma da publicação, na qual, os artigos deveriam ser publicados na íntegra, em língua portuguesa, inglesa e espanhola; ano de publicação, os artigos deveriam ser publicados entre 2013 e 2018, totalizando

um período de cinco anos; e modalidade da produção científica, os trabalhos quantitativos, do tipo transversal, foram separados para composição do presente estudo. Além disso, as variáveis em comum observadas para produção do trabalho foram: idade, religião, escolaridade e conhecimento acerca do uso do levonorgestrel.

O critério de exclusão envolvido foram os materiais científicos como teses, anais de conferências e congressos e livros, além de monografias e trabalhos de conclusão de curso.

Ao final da busca foram selecionados oito artigos científicos que atenderam as exigências propostas. O período em que ocorreu todo o levantamento bibliográfico para a realização da revisão de literatura, ficou compreendido entre os meses de setembro a novembro do ano corrente. Os resultados do estudo foram organizados em tópicos e estão dispostos nos resultados e discussão desse trabalho.

Resultados e Discussão

A fim de obter resultado para concretizar o presente estudo, os sete artigos foram analisados e dispostos na tabela 1, onde o ano de publicação, os autores responsáveis e as principais variáveis, como idade, religião, escolaridade e conhecimento sobre uso do contraceptivo de emergência, foram extraídos e comparados frente à literatura.

Tabela 1- Descrição dos artigos utilizados apontados por ano, autores e variáveis.

| ANO | AUTORES | VARIÁVEIS |
|------|--------------------|--|
| 2014 | ALVES et al., | Idade, escolaridade e conhecimento sobre uso do contraceptivo de emergência. |
| 2016 | BRAMBILLA et al., | Idade, escolaridade e conhecimento sobre uso do contraceptivo de emergência. |
| 2016 | BRANDÃO et al., | Idade, escolaridade, religião e conhecimento acerca do uso do contraceptivo de emergência. |
| 2016 | CAVALCANTE et al., | Idade e conhecimento sobre o uso do contraceptivo de emergência. |
| 2016 | FIGUEIREDO et al., | Idade e escolaridade. |
| 2017 | VARGAS et al., | Idade e escolaridade. |
| 2018 | RAMOS et al.; | Idade, religião, escolaridade e conhecimento sobre uso do contraceptivo de emergência. |

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira variável analisada foi a idade. Em todos os artigos, pode-se perceber uma variação de idade, mas a prevalência foi de mulheres acima de 18 anos. Esse dado corrobora com o estudo de Bataglião; Mamede (2011), pois, a concentração da idade encontrada pelos autores foi compatível com a idade prevalente na presente pesquisa.

Segundo Mendes; et al. (2011), a idade é um fator que pode estar relacionado com a vida sexual de uma mulher, uma vez que o número de adolescentes que dão início a atividade sexual precoce, é cada vez maior. O trabalho de Cavalcante e colaboradores (2016) enfatiza que na adolescência, a prática sexual sem responsabilidade é ampla e de extremo alerta.

Ranieri; Silva (2011) e Alano; et al. (2012), por sua vez, descrevem que essa prática quando iniciada de forma impulsiva e imatura, é passível de diversos prejuízos. As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez indesejada são as principais consequências decorrentes da falta de informação e orientação da sexualidade na adolescência, o que pode induzir a uma procura irracional por métodos contraceptivos de emergência.

A segunda variável analisada foi a escolaridade das mulheres que administravam do contraceptivo de emergência (CE). Houve uma grande flutuação acerca do ensino entre as mulheres estudadas. Dos sete artigos pesquisados, seis apresentaram essa variável, e a prevalência foi em jovens que frequentavam o ambiente escolar ou que possuíam ensino médio completo. Além disso, um dos artigos relatou que a escola era o principal local de acesso e fonte de informação sobre métodos contraceptivos.

O grau de escolaridade compreendido neste trabalho convergiu com do trabalho de Araújo; et al. (2009), pois a população de destaque foram as meninas em idade escolar. Porém divergiu com a pesquisa de Soares e colaboradores (2015) pois apontaram uma incidência do uso de CE por mulheres universitárias.

Madureira; Marques; Jardim (2010), colocam em seu estudo a importância de assuntos referentes a sexualidade serem abordados na escola, aproximando o conhecimento adquirido da realidade vivenciada pelo aluno. Assim, quanto menos o conhecimento, menor a atenção com a saúde. Segundo Saito; Leal (2003), é necessário que o conhecimento sobre a contracepção de emergência faça parte da educação sexual para ambos os sexos e que se inicie desde a infância, pois, é de grande importância que esse tema não permaneça de forma indiferente.

A seguinte variável observada foi a religião. Dentre os artigos pesquisados apenas dois trouxeram essa temática, e o resultado obtido foi o predomínio da religião católica. Esse resultado coincide com o estudo de Rodrigues; et al., (2012), em que a população constituída de adolescentes se autodeclarou católicas.

Souza; Brandão (2012) discutem quanto o posicionamento da Igreja Católica frente à anticoncepção de emergência e afirmam que diversos representantes da igreja Católica, apresentam discursos que aproximam o contraceptivo da prática de aborto e condenam seu uso. Os autores enfatizam ainda, que os direitos sexuais e reprodutivos são considerados, atualmente, como privilegio do conservadorismo moral e religioso.

A quarta variável estudada faz menção ao conhecimento sobre o uso do CE. Esse fator constava em cinco artigos, e dentre esses foi verificado que grande parte das mulheres relataram “já ouvir falar do CE” ou “conhecem superficialmente”, descrevendo ainda o que conhecem melhor o preservativo e contraceptivo oral.

Em consonância com o estudo de Alano; et al. (2012), muitas mulheres ainda desconhecem os riscos e benefícios provocados pelo uso irracional/inadequado do CE. Os autores Mendes; et al. (2011) declaram que o principal motivo de utilização da CE é o sexo desprotegido. Segundo Braz; et al. (2013), o uso do levonorgestrel só é viável quando realmente há necessidade de se evitar uma gravidez não desejada.

De acordo com Oliveira; et al. (2015), o levonorgestrel pode causar inúmeros prejuízos, sendo muito comum a cefaleias, inchaço, sensação de falta de ar, elevação da pressão arterial, e perturbação do ciclo menstrual. Além disso, quando existe um uso crônico desta substância, a mesma deixa de fazer o efeito esperado e pode ocasionar a concepção.

Considerações Finais

O presente trabalho permitiu conhecer algumas características fundamentais de mulheres usuárias da pílula do dia seguinte. Entretanto, são poucos os estudos atuais que abordem essa temática de forma ampla e que possibilite maiores descobertas acerca do uso indiscriminado e/ou irracional do contraceptivo de emergência (CE).

Infelizmente, muitas mulheres ainda desconhecem os possíveis prejuízos causados pelo CE. Apesar do fácil acesso a informação ao alcance da população, ainda existe um tabu em torno da pílula do dia seguinte e a falta de informações, associada a idade e baixo grau de escolaridade podem contribuir para a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez indesejada.

Dessa forma, sugere-se o aumento de incentivos que envolvam programas de educação sexual e reprodutiva, a começar pelas escolas, numa linguagem mais próxima a realidade dos adolescentes inseridos neste meio. Além disso, é de fundamental importância que os

profissionais de saúde, sobretudo àqueles que lidam diretamente com o CE em estabelecimentos de saúde, oriente a mulher acerca do uso indiscriminado do CE a alerte sobre possíveis efeitos colaterais, uma vez que a dosagem hormonal é extremamente alta, não devendo assim, ser utilizada de forma constante.

Referências

- ALVES, C. A.; BRANDÃO, E. R. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 14, n. 2, p. 661-670, 2009.
- ALMEIDA, A. P. F.; ASSIS, M. M. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Revista Eletrônica Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017.
- ALMEIDA, A. C. et al. Conhecimento sobre a contracepção de emergência por adolescentes de uma escola pública de Lago Verde, Maranhão, Brasil. **Revista UNINGÁ**, v. 27, n. 1, p. 5-14, 2016.
- ALANO, G. M. et al. Conhecimento, consumo e acesso à contracepção de emergência entre mulheres universitárias no sul do Estado de Santa Catarina. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2397-2404, 2012.
- BRANDÃO, E. R. et al. “Bomba hormonal”: os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. 1-10, 2016.
- BRANDÃO, E. R. et al. Os Perigos Subsumidos Na Contracepção De Emergência. **Horizontes Antropológicos**, p. 131-161, 2017.
- BATAGLIÃO, E. M. L.; MAMEDE, F. V. Conhecimento e utilização da Contracepção de Emergência por acadêmicos de enfermagem Revista Eletrônica Atualiza Saúde. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 2, p. 264-290, 2011.
- BRAMBILLA, A.; RIECHEL, T.; AMADEI, J. L. Contracepção de emergência e universitárias da área da saúde. **Revista de Saúde e Educação - SUSTINERE**, v. 4, n. 2, p. 253-264, 2016.
- CARVALHO, C. P.; PINHEIRO, M. M. do R.; GOUVEIA, J. P.; VILAR, R. D. Conhecimentos sobre sexualidade: Construção e validação de um instrumento de avaliação para adolescentes em contexto escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 30, n. 2, p. 249-274, 2017.
- CAVALCANTE, M. de S. et al. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Electronic Journal of Pharmacy**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016.
- DE ALMEIDA, F. B. et al. Avaliação do Uso de Anticoncepcionais de Emergência entre Estudantes Universitários. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 49-55, 2015.
- DE OLIVEIRA, L. D. F. R. et al. Use of male condom in adolescents. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 1, p. 1765, 2015.

DE ARAÚJO, M. S. P.; COSTA, L. O. B. F. Comportamento sexual e contracepção de emergência entre adolescentes de escolas públicas de Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 3, p. 551-662, 2009.

LEFÈVRE, F. et al. Gravidez na adolescência e contracepção de emergência: opinião de profissionais de serviços primários de saúde pública do município de São Paulo. **Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos – Boletim do Instituto de Saúde**, v. 17, n. 2, ISSN. 1518-1812, p. 55-68, 2016.

MENDES, S. de S. et al. Saberes e atitudes dos adolescentes frente à contracepção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 29, n. 3, p. 385-391, 2011.

MADUREIRA, L.; MARQUES, I. R.; JARDIM, D. P. Contracepção na adolescência: conhecimento e uso. **Revista Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 100-105, 2010.

OLIVEIRA, M. I. C.; OLIVEIRA, V. B. Avaliação quantitativa da dispensação de contraceptivos de emergência na região de Curitiba, PR, Brasil, entre 2012 e 2014. **Revista Infarma Ciências Farmacêuticas**, v. 27, n. 4, p. 248-252, 2015.

SANTOS, A. A. P.; FERREIRA, C. C.; SILVA, M. L. Fatores que interferem na escolha do método contraceptivo pelo casal: revisão integrativa. **Revista de APS**, v. 18, n. 3, p. 368-377, 2015.

SOARES, R. B. S.; CAMPOS, S. P. de D.; MEIRELLES, L. M. A. O uso de anticoncepcionais de emergência em universitárias de Teresina-PI. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 96, n. 1, p. 992-1004, 2015.

SANTOS, O. A.; BORGES, V. A. L.; CHOFAKIAN, C. B. do N. Razões para não utilizar a anticoncepção de emergência: subestimação do risco de engravidar. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 3, n. 2, p. 54-63, 2014.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. O exercício da sexualidade na adolescência: a contracepção em questão. **Revista de Pediatria**, v. 25, n. 1, p. 36-42, 2003.

SOUZA, R. A.; BRANDÃO, E. R. À sombra do aborto: o debate social sobre a anticoncepção de emergência na mídia impressa brasileira (2005-2009). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 161-175, 2012.

VARGAS, A. C. et al. Uso indiscriminado de contraceptivo de emergência por universitários no Norte do Paraná. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 20, n. 1, p. 65-71, 2017.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LACERDA, Jaciane Oliveira da Silva; PORTELA, Fernanda Santos; MARQUES, Matheus Santos. O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.43, p. 379-386. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 29/11/2018;

Aceito: 30/11/2018